

# CULTURA HISTÓRICA, MEMÓRIA E COMEMORAÇÕES: O CENTENÁRIO DE NASCIMENTO DO PRESIDENTE JOÃO PESSOA NA PARAÍBA EM 1978

*Genes Duarte Ribeiro*<sup>1</sup>

## ***Reinventar o Passado: Comemorar Para Não Esquecer***

Na opinião de Gaddis o passado é como algo que nunca poderemos possuir, “*porque quando percebemos o que aconteceu, os fatos já estão inacessíveis para nós: não podemos revivê-los, recuperá-los, ou retornar no tempo como um experimento de laboratório ou simulação no computador*”<sup>2</sup>.

Lowenthal concorda com a expressão que define o passado como “um país estrangeiro”, justifica que pela sua distância com o presente, o passado vive apenas como uma imagem idealizada e romantizada da história. No entanto, apesar desta separação entre o “passado” e o “presente” o autor afirma que “*o passado nos cerca e nos preenche; cada cenário, cada declaração, cada ação conserva um conteúdo residual dos tempos pretéritos*”<sup>3</sup>.

Neste caso, os acontecimentos e experiências vividas se tornam partes integrais da nossa existência e constituem as nossas lembranças do passado, porém quando reconhecemos que os nossos gestos, palavras, regras e artefatos advêm dele, não somente recordamos, mas tomamos consciência deste passado, isto é:

*Uma consciência do passado mais completa envolve familiaridade com processos concebidos e finalizados, com recordações daquilo que foi dito e feito, com histórias sobre pessoas e acontecimentos – coisas comuns da memória e da história.*<sup>4</sup>

Sendo assim, “*todo ser humano tem consciência do passado*”<sup>5</sup>, pois o passado é o período anterior aos eventos que ficam registrados na memória de um indivíduo. Porém, para Hobsbawm o que se constitui problema para os historiadores é analisar a natureza desse “*sentido do passado*” nas sociedades, incluindo as suas mudanças e transformações. Nesse caso, o autor investe contra os pensadores que considerariam o passado como apenas um “*construto de nossas mentes*”<sup>6</sup>.

Entretanto, no dizer de Le Goff duas situações conduzem para um “ceticismo” sobre a possibilidade de conhecer o passado, ou seja, a constatação de que a visão

---

<sup>1</sup> Mestre em História pela Universidade Federal da Paraíba. Professor da Rede Estadual de Ensino da Paraíba. E-Mail: <genes\_duarte@hotmail.com>.

<sup>2</sup> GADDIS, John Lewis. *Paisagens da História: como os historiadores mapeiam o passado*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

<sup>3</sup> LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. *Projeto História*, São Paulo, PUC-SP, n. 17, nov. 1998, p. 28-46.

<sup>4</sup> LOWENTHAL, Como conhecemos..., p. 47-63.

<sup>5</sup> HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

<sup>6</sup> HOBSBAWM, *Sobre História*..., p. 22.

de um mesmo passado muda segundo as épocas e que o historiador está submetido ao tempo em que vive, ou de eliminar as referências do presente, nesse caso o autor cita a *“ilusão da história romântica à maneira de Michelet – a ressurreição integral do passado”*, e a história positivista à Ranke – *“aquilo que realmente aconteceu”*<sup>7</sup>.

Portanto, Le Goff conclui com a seguinte afirmação: *“o interesse do passado está em esclarecer o presente; o passado é atingido a partir do presente segundo, o método regressivo de Bloch”*<sup>8</sup>.

Para exemplificar as diferentes *“atitudes coletivas perante o passado”* o autor apresenta a Antiguidade pagã, onde predominava a valorização do passado através das *“recordações das épocas heróicas”* ou ainda da *“moralidade dos antigos”*, lembramos aqui que em Roma paralelamente se admitia a ideia de um presente decadente.

Encontramos em Le Goff uma constatação interessante sobre a história hebraica encontrada na Bíblia, ou seja, por um lado o judaísmo tem o fascínio pelo seu passado, que envolve suas origens, desde a criação do mundo até a aliança de Yavéh com o seu povo, mas, por outro, argumenta o autor que *“essa história também é voltada para um futuro igualmente sagrado: a vinda do Messias e da Jerusalém celeste que, com Isaías, se abre a todas as nações”*<sup>9</sup>.

Há três momentos distintos de experiência com o tempo que são descritos por Le Goff durante a Idade Média, ou seja, a atração que se tem pelos *“tempos míticos do Paraíso”*, a espera de um *“futuro escatológico”* como também, um passado constante atualizado no presente: *“O homem da Idade Média vive num constante anacronismo”*<sup>10</sup>.

Seguindo a sua narrativa, o Renascimento apresenta duas tendências contraditórias. Para ele, parece que, de um lado, os progressos que foram realizados na medição, datação e cronologia permitem uma perspectiva histórica do passado, mas, é feita uma ruptura a partir do progresso científico que serviu ao otimismo iluminista onde Le Goff conclui que a *“superioridade dos modernos sobre os antigos e a ideia de progresso torna-se o fio condutor do historiador que se orienta para o futuro”*.

O autor encerra seu vasto esquema entrando na grande *“manufatura do passado”* ocorrida na França no século XIX, quando a *“glória da França”* era exaltada nos teatros, nas pinturas históricas, na água-forte, na gravura em madeira e na litografia, o *“gosto romântico pelo passado”* que alimentou os movimentos nacionalistas europeus

<sup>7</sup> LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

<sup>8</sup> Marc Bloch propôs também ao historiador, como método, um duplo movimento: compreender o presente pelo passado, compreender o passado pelo presente: *“A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas é talvez igualmente inútil esgotar-se a compreender o passado, se nada se souber do presente”*. Daí a importância da recorrência em história: *“Seria um erro grave acreditar que a ordem adotada pelos historiadores nas suas investigações se deve modelar necessariamente pela dos acontecimentos. Para restituir à história o seu verdadeiro movimento, seria muitas vezes proveitoso começar por lê-la ‘ao contrário’, como dizia Maitland”*. Esta concepção das relações passado/ presente desempenhou um grande papel na revista *Annales* – fundada em 1929 por Lucien Febvre e Marc Bloch –, que inspirou e deu nome à revista de história britânica *Past and Present*, a qual, no primeiro número, em 1952, declarou: *“A história não pode, logicamente, separar o estudo do passado, do estudo do presente e do futuro”*. BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

<sup>9</sup> LE GOFF, *História e Memória*, p. 220.

<sup>10</sup> LE GOFF, *História e Memória*, p. 222.

também ocorridos no século XIX e, por fim, a “*aceleração da história*” que fez as massas dos países industrializados ligarem-se nostalgicamente às suas raízes.

Essa forma de ligação com o passado se dá através de algumas manifestações descritas pelo autor: “*a moda retrô, o gosto pela história e pela arqueologia, o interesse pelo folclore, o entusiasmo pela fotografia, criadora de memórias e recordações, o prestígio da noção de patrimônio*”<sup>11</sup>.

Para Arruda, essa intrínseca relação entre “*passado e presente*” ocorre através de uma condição constante de reorganização do “*evento do passado*” pelo presente. Dentro dessa perspectiva o autor afirma que as sociedades não somente exprimem seu passado através das narrativas, mas, que a partir de outras dimensões apresentam a mesma vivacidade do passado e que se constituem focos essenciais para a organização da memória coletiva<sup>12</sup>.

Essa resignificação permanente ocorre a partir da apropriação identitária do passado através de uma variedade de possibilidades, uma delas, que discutiremos aqui, é “*o exercício da rememoração*” ou ainda, as “*reconstruções memorialísticas*”.

Dessa forma Cardoso atribui à comemoração um processo ativo e dirigido da memória coletiva, a partir do presente, configurando-se como um poder de integração de sentidos, que é social, da reconstrução de uma identidade do evento, que deve ser digna de memória. Sendo assim, essa reconstrução é seletiva, sempre a partir do presente, e neste sentido o esquecimento, também como processo ativo, é constitutivo da comemoração e do seu poder de integração social de sentidos e de reconstrução da identidade do evento<sup>13</sup>.

É válido ressaltar que, a partir do significado etimológico da palavra comemoração, do latim, *commemoratio*, Cardoso sugere “*um significado de um processo ativo e dirigido (ratio) da memória, um fazer lembrar, a partir de uma posição indicada pelo prefixo co, de conjunto, por extensão, social, coletiva*”<sup>14</sup>.

Por sua vez Le Goff, utiliza a argumentação de que a comemoração, ou o ato de comemorar, organiza o evento passado, a partir de um tempo histórico que é sempre o do presente. De fato, como o mesmo autor afirma, o que sobrevive da memória coletiva são escolhas e não o conjunto daquilo que existiu no passado<sup>15</sup>. Por sua vez, compreendemos que “*comemorar significa, reviver de forma coletiva a memória de um acontecimento considerado como ato fundador, a sacralização dos grandes valores e ideais de uma comunidade constituindo como objetivo principal*”<sup>16</sup>.

Dessa forma,

*A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade,*

<sup>11</sup> LE GOFF, *História e Memória*, p. 228.

<sup>12</sup> ARRUDA, José Jobson Andrade de. Cultura Histórica: territórios, temporalidades historiográficas. *Saeculum – Revista de História*, João Pessoa, DH/PPGH/UFPB, n. 16, jul./ dez. 2007, p. 25-32.

<sup>13</sup> CARDOSO, Irene. 68: a comemoração impossível. *Tempo Social*, São Paulo, USP, v. 10, n. 2, out. 1998, p. 1-12.

<sup>14</sup> CARDOSO, 68: a comemoração..., p. 2.

<sup>15</sup> LE GOFF, *História e Memória*, p. 230.

<sup>16</sup> SILVA, Helenice Rodrigues da. Rememoração/ Comemoração: as utilizações sociais da memória. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH, v. 22, n. 44, 2002, p. 425-438.

*mas também as oposições irreduzíveis.*<sup>17</sup>

Diferentes grupos da sociedade constroem suas memórias coletivas a partir das quais são montadas práticas, ritos, celebrações, comemorações e monumentos. Como a memória coletiva é uma construção social torna-se importante, então, como o autor já citado afirma, conhecer os “processos e os atores que intervêm no trabalho de constituição e formalização das memórias”.

Sendo assim, sobre os usos e tentativas de “manipulação da memória” através das comemorações, Le Goff lembra que a Revolução Francesa foi pródiga em construir símbolos nacionais capazes de garantir coesão social em substituição à antiga tradição monárquica e aristocrática. Bandeira, hino, datas comemorativas, cerimônias, procissões, marchas, festas para a deusa da razão e heróis objetivavam garantir a obediência, a lealdade e a cooperação dos súditos, ainda mais quando estes se tornaram cidadãos.

A utilização da festa revolucionária a serviço da memória nos aponta que comemorar fez parte do programa revolucionário. As comemorações alimentam a recordação da revolução. A própria Constituição Francesa de 1791 expressa este princípio, ao declarar: “Serão estabelecidas festas nacionais para conservar a recordação da Revolução Francesa”. A alteração do calendário pode ser tomada como um exemplo extremo de que controlar o tempo se torna essencial ao poder.

Le Goff ressalta que o “calendário revolucionário respondia a três objetivos: romper com o passado, substituir pela ordem a anarquia do calendário tradicional, assegurar a recordação da revolução na memória das gerações futuras”. Ou seja, para uma ruptura com o passado monárquico o início do calendário foi escolhido para fazer coincidir o dia da proclamação da República francesa com o equinócio de outono. A mudança do regime na França teria sido assim, um “milagre simultâneo” acompanhando a passagem do sol de um hemisfério a outro. O autor afirma ainda que foi através das datas instituídas para comemoração que os revolucionários franceses pretendiam garantir o futuro da Revolução perpetuando “a recordação e a vitalidade”<sup>18</sup>.

Para Ozouf a festa cívica é um rico momento ritualístico que permite um retrato, tanto dos discursos que pretendem dar forma e unidade ao coletivo nacional, quanto, aguçando o olhar, perceber as fragilidades e os conflitos internos e inerentes a essa pretensa unidade. Acima disso, entretanto, comemorar é ter a capacidade de anular, ou no mínimo de suspender indefinidamente os conflitos.

A autora também ressalta que toda comemoração vive da afirmação obsessiva do mesmo. Os programas das festas, os planos para os cortejos, os projetos de monumentos e os discursos martelam quatro afirmações pelo menos: de que nos honramos de ser os mesmos (entre eles), nós somos todos os mesmos (entre nós), nós somos sempre os mesmos que antes, nós permaneceremos os mesmos. Não há comemoração sem este conjunto, sem este permanente conjunto<sup>19</sup>.

<sup>17</sup> POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/>>. Acesso em: 20 abr. 2007.

<sup>18</sup> LE GOFF, *História e Memória*, p. 423.

<sup>19</sup> OZOUF, Mona. A Festa: sob a Revolução Francesa. In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre (orgs.). *História: Novos Objetos*. Tradução de Terezinha Marinho. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989, p.

Os usos do passado, assim entendidos, passam a ser vistos como um campo de tensão de forças distintas e opostas. Esse entendimento permite pensar, teoricamente, que nesse território, nesse continente vastíssimo da memória, em um dos gêneros a ele referidos que são as comemorações cruzam-se valores, linguagens, práticas culturais, tradições, marcos a serem lembrados e rituais coletivos: “A comemoração pretende exorcizar o esquecimento”<sup>20</sup>.

No mundo ocidental percebemos uma acentuada “Cultura Histórica” nas comemorações. Concordamos com Abreu, Soihet e Gontijo quando afirmam que a investigação da cultura histórica é “bastante complexa”. No entanto, como categoria descritiva as autoras delineiam a seguinte noção:

*um conjunto de fenômenos histórico-culturais representativos do modo como uma sociedade ou determinados grupos lidam com a temporalidade (passado-presente-futuro) ou promovem usos do passado. Neste sentido é possível pensar culturas históricas concorrentes, conflitantes ou concomitantes em um mesmo período ou local.*<sup>21</sup>

Do mesmo modo, Gomes afirma “que os homens constroem e reconstróem permanentemente o seu passado” e dentro dessa operação está em conexão à formulação de uma identidade nacional e um aparelho de Estado. Portanto, entende que “cultura histórica” é “a relação que uma sociedade mantém com o seu passado”. Mas adverte a autora,

*Assim, se os historiadores podem continuar sendo considerados os principais formuladores e intérpretes da ‘cultura histórica’ de uma sociedade em determinado momento, eles não detém o monopólio desse processo de construção, atuando interativamente com outros agentes que não homens do métier e que freqüentam outras esferas disciplinares ou ocupam outras funções sociais ‘fora’ do campo intelectual.*<sup>22</sup>

Compreendemos que a cultura histórica abrange uma diversidade de operações as quais incluem as comemorações, entendidas aqui como investimentos empreendidos pelo poder público em função de suas lutas e bandeiras políticas, ou seja, os vários “usos do passado”. Aqui no Brasil temos alguns exemplos de comemorações que se tornam momentos valiosos para a observação de como os homens percebem o seu próprio tempo e de como a imprensa participa desta construção de uma inteligibilidade acerca do presente: Centenário da Independência (1922); Centenário da Abolição (1988) e da Proclamação da República (1989); o Tricentenário de

---

216-232.

<sup>20</sup> OLIVEIRA, As Festas que a República manda guardar. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, v. 2, n.4, 1989, p. 172-189. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/>>. Acesso em: 15 abr. 2007.

<sup>21</sup> ABREU, Martha; SOIHET, Rachel & GONTIJO, Rebeca (orgs.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

<sup>22</sup> GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

Zumbi dos Palmares (1995); Centenário da Guerra de Canudos (1993-1997); o V Centenário do descobrimento (2000); Bicentenário da vinda da família real e o Centenário de Machado de Assis (2008).

Nesta linha de reflexão, em 26 de julho de 1977 o governador do Estado da Paraíba, Ivan Bichara Sobreira cria, através de um Decreto, uma Comissão para organizar os eventos a serem cumpridos durante o ano do Centenário do Presidente João Pessoa no estado. Por este documento oficial estariam na programação 35 itens, iniciando pelas comemorações de 24 de janeiro até o encerramento previsto em 22 de outubro de 1978. A primeira data era a abertura dos “festejos comemorativos” ao nascimento de João Pessoa, enquanto que a segunda celebrava o dia da sua posse como Presidente da Paraíba.

As reuniões para planejamento e discussão sobre a programação do centenário já tinham sido iniciadas no ano anterior, quando os membros da Comissão Executiva do evento se reuniram com o governador, Ivan Bichara, e o secretário de educação do estado, Tarcísio Burity, no Palácio da Redenção.

Durante aquele ano um número significativo de livros estavam programados para serem lançados, em cada lançamento os seus autores foram convidados para apresentarem suas obras e dialogar em universidades com professores e alunos sobre seu conteúdo (QUADRO I). Não temos a pretensão de discuti-los, uma vez que nos remeteria para uma discussão historiográfica que extrapolaria os objetivos deste artigo, no entanto, faremos breves comentários de algumas obras, no decorrer dessa narrativa a fim de percebermos, a partir dos títulos e autores, o caráter apologético ou não dos mesmos.

Outras atividades também estavam para ser realizadas naquele ano, bem como palestras, exposição volante de fotografias de João Pessoa, solenidades públicas, sessões solenes na Assembleia Legislativa em memória “*da morte*”, do “*dia do Nego*” e da “*mudança do nome da capital paraibana para João Pessoa*” e, ainda, partidas de jogos de futebol em Porto Alegre com as equipes de jogadores paraibanos e gaúchos.

Tais práticas tornam-se momentos valiosos para se pensar como a sociedade articula essas atividades e expectativas com a trajetória histórica e política de João Pessoa e como ela confere sentido a esta trajetória a partir da oficialização dessas festividades num “ciclo” que pretendia “celebrar” todos os “passos” de João Pessoa cem anos depois do seu nascimento. Igualmente o jornal *A União* publicou cinco cadernos especiais para acompanhar o calendário festivo, ou seja, em 24 de janeiro, em 26 julho, 29 de julho, 4 de setembro e 22 de outubro. Os cadernos especiais seriam lançados nas seguintes datas: 24 de janeiro – depoimentos e cobertura da festa do Centenário do nascimento na cidade de Umbuzeiro; 26 de julho – discussão e ritual de comemoração pela morte; 29 de julho – comemoração do “dia do Nego” em Campina Grande; 04 de setembro – o 48º aniversário da mudança do nome da capital para João Pessoa e, 22 de outubro, o 50º aniversário de posse de João Pessoa no estado da Paraíba.

## QUADRO I – PROGRAMAÇÃO DO LANÇAMENTO DOS LIVROS

DIA/ MÊS DO LANÇAMENTO	NOME DA OBRA	AUTOR (A)
<b>14 de fevereiro</b>	João Pessoa, perfil de um homem público	Humberto Melo
<b>Abril</b>	João Pessoa e a música	Domingos de Azevedo Ribeiro
<b>Maio</b>	1930: História de uma revolução na Paraíba	Adhemar Vidal
<b>Maio (2ª quinzena)</b>	O ano do Négo	José Américo de Almeida
<b>Junho</b>	A Revolta de Princesa: uma contribuição ao Estudo do Mandonismo local – Paraíba 1930	Inês Caminha Rodrigues
<b>Julho</b>	Folhetos de cordel: a morte de João Pessoa	Luiz Nunes
<b>Agosto</b>	João Pessoa perante a História	José Octavio de Arruda Mello
<b>Agosto</b>	Soldado paraibano: orgulho do grande Presidente	Eurivaldo Caldas Tavares
<b>Setembro</b>	Nas vésperas da Revolução	Álvaro de Carvalho
<b>Setembro</b>	João Pessoa o sentido de uma época e de uma vida	Epitácio Pessoa Albuquerque
<b>Setembro</b>	História da Paraíba	Mª Carmem de Miranda Freire

O que observamos é que, desde o assassinato de João Pessoa, em 26 de julho de 1930, o personagem já foi tratado pela imprensa, pelas autoridades civis e religiosas e pelas pessoas comuns como o “*mártir da Paraíba*”. Essa difusão permaneceu em celebrações e romarias anuais aos “*pés do monumento*” que foi erguido na praça da capital e essa divinização encontra fôlego com a apoteose do seu enterro no Rio de Janeiro.

Outro ponto a considerar é a necessidade da elaboração de um calendário que atendia a um programa político intimamente ligado a um projeto de reconstrução do passado. No QUADRO II podemos observar alguns eventos a serem cumpridos naquele ano, e as diversas atividades, bem como o público alvo a serem atingidos.

Esse calendário de eventos ao eleger e selecionar datas a serem festejadas, indica o que deve ser lembrado e, conseqüentemente, os esquecimentos. Composição de hinos, inaugurações, concursos de redação, hasteamento de bandeiras, nomeação de escolas com o nome de João Pessoa e de seus familiares, exposição de fotografias, desfiles cívicos são atividades decisivas na constituição da memória coletiva oficializada.

Sendo assim, observaremos esta rememoração histórica divulgada nos jornais

através de reportagens em *A União*, *O Norte*<sup>23</sup> e *o Diário da Borborema*<sup>24</sup>, no período em que estes jornais publicizaram os festejos do centenário.

**QUADRO II – ALGUNS EVENTOS PROGRAMADOS PARA O ANO  
CENTENÁRIO DO PRESIDENTE JOÃO PESSOA  
(PARAÍBA, JANEIRO/ OUTUBRO 1978)**

<b>1</b>	Na cidade de Umbuzeiro, abertura dos festejos comemorativos do Centenário do Presidente João Pessoa, pelo Exmo. Sr. Governador prof. Ivan Bichara Sobreira, com missa concelebrada; desfile cívico- estudantil; concentração em frente à casa onde nasceu o homenageado na Fazenda Prosperidade, inauguração de calçamento e Grupo Escolar, pela prefeitura Municipal de Umbuzeiro. Inauguração da agência do Banco do Estado da Paraíba e CIDAGRO pelo governo da Paraíba; oficialização do decreto da criação do Colégio Estadual de 1º e 2º graus Presidente João Pessoa; queima de fogos de artifício e a realização de retretas e recitais em praça pública. (24/01, em Umbuzeiro)
<b>2</b>	Abertura do Centenário do Presidente João Pessoa em todas as cidades da Paraíba, com programação a cargo das prefeituras municipais e o MOBRAL (24/1)
<b>3</b>	Lançamento do concurso nacional da Sociologia Política sobre o Presidente João Pessoa. Oficialização do II Seminário Paraibano de Cultura Brasileira tendo por tema “João Pessoa em face da Revolução de 30” Lançamento do concurso de cartazes e dissertações e apresentação de livros
<b>4</b>	Lançamento de concurso. Livros referentes a João Pessoa e debate sobre o livro da professora Inês Caminha (em Campina Grande, Universidade Regional do Nordeste)
<b>5</b>	Seminário dos Centros Cívicos estaduais para estabelecimento de calendário estadual de palestras e debates sobre João Pessoa, na área dos diversos colégios estaduais em João Pessoa (Centro de Treinamento do Miramar)
<b>6</b>	Início da exposição fotográfica volante sobre João Pessoa, a estender-se posteriormente, aos diversos colégios estaduais da Paraíba (Março)
<b>7</b>	Jogo de futebol entre as equipes da Paraíba e Rio Grande do Sul em Porto Alegre (julho)
<b>8</b>	Solenidades públicas em todas as cidades da Paraíba, de preferência em praças e ruas com denominação do homenageado (26 de julho)
<b>9</b>	Exposição itinerante sobre o Presidente João Pessoa nas cidades de Belo Horizonte e Porto Alegre, sob coordenação da PB-TUR, e Superintendência da Comunicação Social do Governo do Estado, com apoio da Companhia Aérea VASP (julho)
<b>10</b>	Comemoração do 48º aniversário de morte do Presidente João Pessoa, com programação organizada pelo governo do Estado, Tribunal de Justiça e Assembleia Legislativa. (em João Pessoa, 26 de julho)
<b>11</b>	Comemoração do “dia do Négo” com programação cultural e de inaugurações coordenadas pelo Governo do Estado e Prefeitura Municipal de Campina Grande (29 de julho)
<b>12</b>	Comemoração do 48º aniversário da mudança do nome da capital paraibana para João Pessoa, com programação a cargo da Prefeitura Municipal de João Pessoa, (4 de setembro)
<b>13</b>	Encerramento das comemorações do Centenário do Presidente João Pessoa com entrega de prêmios de todos os concursos literários realizados e programação, presidida pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, a ser organizado pelo Governo da Paraíba (em João Pessoa, 22 de outubro, data do 50º aniversário da posse de João Pessoa na presidência da Paraíba)

<sup>23</sup> O jornal *O Norte* foi fundado em 7 de maio de 1908, pelos irmãos Oscar e Orris Soares, filhos de comerciantes portugueses que fizeram fortuna na capital paraibana, à época chamada Parahyba do Norte, que do nome da cidade, provavelmente teria surgido a marca *O Norte*. Em 1930, o jornal se colocou como opositor do então Presidente da Parahyba, João Pessoa na candidatura a sucessão presidencial. Com o assassinato de João Pessoa teve suas dependências depredadas, máquinas e materiais destruídos. Em 1954, o Jornal passou a integrar o quadro dos Diários Associados. Fonte: <<http://jornal.onorte.com.br/>>.

<sup>24</sup> *O Diário da Borborema* foi criado em 2 de outubro de 1957, na cidade de Campina Grande, dentro da Rede dos Diários Associados, como uma promessa do então senador Assis Chateaubriand, cumprido em pleno exercício de seu mandato. Nos anos 70 ostentava em suas páginas a circulação, que atingia 62 municípios paraibanos. Fonte: <<http://jornal.onorte.com.br/>>.

## **A Mitificação do Nascimento do Presidente João Pessoa: o Mistério de Umbuzeiro?**

Quando inferimos o pensamento sobre o mito geralmente se invoca uma ideia de falsidade, ficção, enganação ou ilusão que está ligado aos aspectos religiosos e mágicos, percebemos a necessidade de abordar em primeiro lugar, uma concepção deste conceito, sabendo das limitações que encontraremos em realizar essa tarefa, por isso recorreremos à explicação etimológica desta palavra:

*A palavra mito vem do grego, mythos, e deriva de dois verbos: do verbo mytheyo (contar, narrar, falar alguma coisa para outros) e do verbo mytheo (conversar, contar, anunciar, nomear, designar).<sup>25</sup>*

Dessa forma, temos em Felix<sup>26</sup>, uma definição que nos orienta em relação à narrativa mítica, tirada das experiências gregas, nas quais “o mito é um discurso pronunciado ou proferido para ouvintes que recebem como verdadeira, a narrativa que escutam” sendo assim, a predominância da oralidade possibilitava aos poetas-cantores o registro e anúncio dos acontecimentos baseados na autoridade do seu testemunho comunicando aos ouvintes confiabilidade e veracidade de sua narrativa. Esses mitos eram distintos em três níveis: o da coisa falada, o da coisa mostrada e da coisa desempenhada. Entretanto os três entrariam sucessivamente no rito, tanto na contemplação tranquila de suas palavras como também em sua recitação.

A autora citada lembra que os poetas exerciam a tarefa de lembrar, sacralizando a memória dentro de um tempo não cronológico, pois a partir do seu canto verificamos que “antes mesmo da instituição da razão como instrumento de compreensão do mundo, no século V a. C. a memória já era valorizada como imprescindível à coesão dos laços sociais”. De fato, o fundamento mito-poético desempenhava um papel que articulava a memória e a imaginação. Lembra ainda a autora que essa aproximação entre memória e imaginação implica em uma noção de tempo que associa “o rememorar ao reinventar”.

Ainda segundo Félix no processo de transição entre o mito-poético para a razão-sagrado na Grécia, a palavra do *aedo*<sup>27</sup> vai sendo substituída pela do historiador, que no seu papel de sentido social, exerce a função de trazer a memória dos mortos (dos fatos já passados) para os vivos.

A diferença entre o poeta e o historiador reside na concepção do tempo, uma vez que a palavra mítica reside na atemporalidade, a histórica se baseia na temporalidade. Os homens deveriam ser igualados à natureza, os seus feitos e palavras se erguem por si mesmos, não poderiam ficar no esquecimento porque são façanhas históricas, ou seja:

<sup>25</sup> CHAÚÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. 12. ed. São Paulo: Ática, 1999.

<sup>26</sup> FÉLIX, Loiva Otero. *História e memória: a problemática da pesquisa*, Passo Fundo: Ediupef, 1998.

<sup>27</sup> Poeta cantor na sociedade arcaico-grega tinha uma função específica: a de celebrar os imortais bem como as façanhas dos homens corajosos. Em uma sociedade que valorizava a excelência dos guerreiros, o domínio reservado a essa celebração, ao louvor e à censura é, precisamente os dos atos de bravura. Essa memória torna-se fundamental na medida em que se sabe que as façanhas silenciadas morrem e o homem sem façanhas morre, vítima do silêncio, abandonado ao esquecimento.

*A fama e a glória, engrandecidos pelo louvor, eram para os seres que já se distinguem ao natural, que já eram ‘grandes’ e, como tal merecedores de imortalidade. Nessa condição deveriam permanecer em companhia de tudo que perdurasse para sempre.*<sup>28</sup>

Entendemos que a preocupação com a grandeza está relacionada com a proximidade que os gregos viam entre os conceitos de Natureza e História. Uma vez que a natureza era possuidora de imortalidade, o desejo dos homens mortais no seu curto espaço de tempo, mantidos na mortalidade e no perigo do esquecimento, era alcançar o acolhimento pela História para que permanecessem na companhia das coisas que duram pra sempre.

Assim, o mito vivificado através da construção de um herói imortal é o símbolo maior, um exemplo a ser seguido, o seu sacrifício, modos de fazer as coisas e suas vitórias sobre todos os obstáculos que se lhe puseram, possibilitou à coletividade dos que dele dependiam uma vida de liberdade, redenção e justiça com possibilidades de futuro. Nesse sentido, referenda-se o que Eliade afirma:

*O mito em si mesmo, não é uma garantia de ‘bondade’ nem de moral. Sua função consiste em revelar os modelos e fornecer assim uma significação do mundo e à existência humana. Daí seu imenso papel na constituição do homem. Graças ao mito, como já dissemos, despontam lentamente as idéias de realidade, de valor, de transcendência. (...) Os mitos, em suma, recordam continuamente que eventos grandiosos tiveram lugar sobre a Terra, e que esse ‘passado glorioso’ é em parte recuperável. A imitação dos gestos paradigmáticos tem igualmente um aspecto positivo: o rito força o homem a transcender os seus limites, obriga-o a situar-se ao lado dos Deuses e dos Heróis míticos, a fim de poder realizar os atos deles. Direta ou indiretamente, o mito ‘eleva’ o homem.*<sup>29</sup>

A partir dessa compreensão a figura do Presidente João Pessoa, “mártir da Revolução de 30”, tornou-se referência no imaginário político como herói e redentor. O seu exemplo, quando vivo, era o de estadista “reformador” e, a sua morte, foi transformada em verdadeira “expição” em favor do Brasil. Essas ideias foram largamente difundidas, cantadas, faladas e escritas desde a sua morte até os dias atuais. Órgãos oficiais foram, em grande parte, responsáveis por essa construção. Jornais, revistas, livros publicados, o IHGP (Instituto Histórico e Geográfico Paraibano), bem como atos e comemorações em praças públicas. Mais tarde foram às leis e os decretos que batizaram avenidas e ruas com seu nome, bustos e monumentos foram erguidos, praças, altares e feriados foram criados. João Pessoa fomentou o ideal da “pequenina e forte Paraíba”, ao servir de “exemplo” na luta pelo seu Estado, salvaguardando os interesses dos paraibanos com a própria vida.

Nesse sentido, os traços de caráter pessoal exercem funções de sustentação

<sup>28</sup> ELIADE, Mircea. *Mito e realidade*. São Paulo: Perspectiva, 1963, p. 37.

<sup>29</sup> ELIADE, Mircea. *Mito e realidade...*, p. 128.

do mito, ou seja, também estão presentes nesse imaginário mitológico. Além de traços públicos e de caráter político, devemos considerar também os traços de sua personalidade e do homem de Estado que ele era:

*De um rosto, de uma silhueta, de um passado, de maneiras particulares de ser, de falar e de agir. [...] Quanto mais o mito ganha amplitude, mais se estende por um largo espaço cronológico e se prolonga na memória coletiva, mais deve esperar, aliás, ver os detalhes biográficos, as características físicas ganhar importância.<sup>30</sup>*

Em todos esses acontecimentos é mostrado um João Pessoa possuidor das maiores virtudes, um homem à frente de seu tempo por ter sido capaz de antever os acontecimentos e perceber, com a sua “pureza”, o melhor caminho a seguir para ser sempre muito bem sucedido.

Aguiar busca o determinismo revolucionário de João Pessoa pela sua genealogia, uma vez que a mãe dele era neta de Henrique Pereira de Lucena, um dos chefes da Revolução Praieira. Pelo lado paterno, o seu avô era João Batista do Rego Cavalcanti de Albuquerque considerado “líder” da Revolução Pernambucana de 1817, desta forma, conclui Aguiar que “*como se depreende, a rebeldia de sua personalidade, mais tarde demonstrada, é do sangue. E vem de longe!*”<sup>31</sup> (QUADRO III).

A comissão responsável pelo evento indicou o início das comemorações a partir da cidade de Umbuzeiro, terra natal de João Pessoa. A programação já anunciava a proximidade com outra comemoração na qual João Pessoa estava incluído. Em 1980 seriam festejados tanto os 50 anos do seu “holocausto”, bem como o aniversário da “Revolução de 30”. Para tanto, a intensa programação oficial iniciada em Umbuzeiro, se estendeu por outras cidades do estado, especialmente na capital, e amplamente divulgada pelos jornais locais. Quase meio século depois da “*Tragédia da Confeitaria Glória*” se consolidava a prática de tratar João Pessoa como “*imortal*”, “*mártir da liberdade*”, “*Cristo do civismo*”, “*cidadão atemporal*”, “*herói*” e outros epítetos do gênero.

O jornal *A União* divulga, em sua primeira página no dia 24 de janeiro de 1978, o início das comemorações e a agenda para aquele dia de comemorações. Na cidade de Umbuzeiro, e em toda a Paraíba, amanheceu com “redobrado júbilo” e “orgulho”, pelas festividades oficiais do Centenário do nascimento do “inolvidável” Presidente João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque (QUADRO IV).

<sup>30</sup> GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

<sup>31</sup> AGUIAR, Wellington. *João Pessoa: o reformador*. João Pessoa: Idéia, 2005.

QUADRO III – A HEROIFICAÇÃO PELO SANGUE

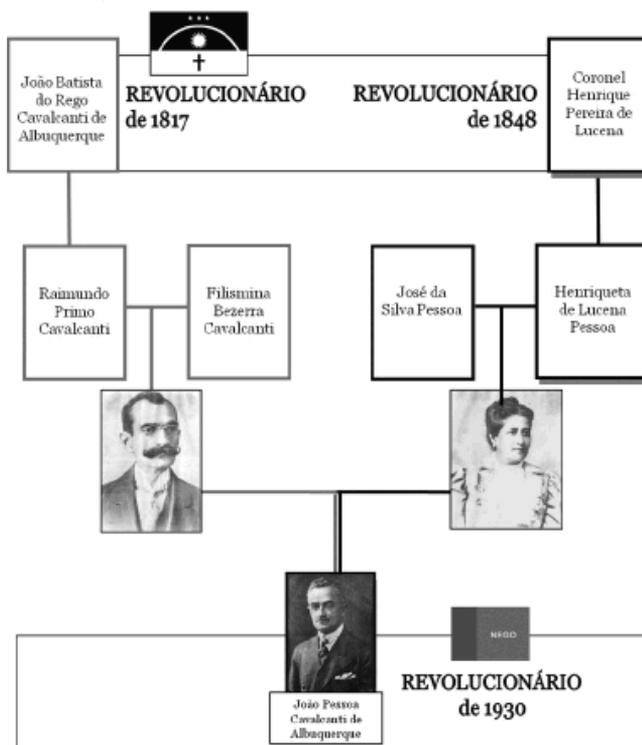


Fig. 1 – A heroificação pelo sangue.

QUADRO IV – PROGRAMAÇÃO DIA 24 DE JANEIRO DE 1978

HORAS	EVENTO	LOCALIDADE
8:30	Missa campal em frente à Matriz de Umbuzeiro concelebrada pelo bispo diocesano de Campina Grande D. Manoel Pereira da Costa e pelos vigários de Umbuzeiro e Aroeiras com a participação do coral Madrigal e da banda de Música da Polícia Militar.	Umbuzeiro
9:00	O vice- governador do Estado Dorgival Terceiro Neto acompanhado da guarda de honra da Polícia Militar da Paraíba depositará uma coroa de flores no monumento a João Pessoa localizado na praça que recebe o seu nome – em nome do Governo do Estado.	João Pessoa
9:30	Desfile cívico estudantil na Avenida Getúlio Vargas, com a participação de vários estabelecimentos de ensino.	Umbuzeiro
10:30	Concentração em frente a casa onde nasceu o ex-Presidente, na Fazenda Prosperidade, com afixação da placa comemorativa e discurso do chefe do executivo, abrindo oficialmente as comemorações.	Umbuzeiro
11:30	Autoridades e convidados serão recepcionados na Fazenda Prosperidade de onde seguirão para a fazenda regional de criação “João Pessoa”.	Umbuzeiro
15:30	Inauguração, pela prefeitura, do Grupo Escolar Maria Pessoa Cavalcante de Albuquerque e a assinatura do decreto para criação do Colégio Estadual de 1º e 2º graus “Presidente João Pessoa”.	Umbuzeiro
16:20	Comitiva regressará para João Pessoa	-

Na mesma edição do dia 24 de janeiro de 1978, a primeira página do primeiro “caderno especial” publicado pelo jornal *A União* utiliza uma página inteira com a fotografia do monumento que foi erguido na Praça João Pessoa nos anos de 1933, acompanhada de um texto biográfico do homenageado.

Celebrar o centenário com a representação desse espaço na primeira página do jornal demonstra, a nosso ver, um aspecto do investimento dessa memória construída há mais de quatro décadas e que permanecia tanto nas páginas dos jornais, quanto nos festejos do seu nascimento, nos relatos biográficos como também em praça pública. No dia seguinte o jornal *A União* trás a reportagem do primeiro dia das comemorações na cidade de Umbuzeiro. A missa campal concelebrada em frente à matriz de Umbuzeiro cumpria o primeiro evento do Centenário.



Fig. 2 – Primeira página do jornal *A União*, 24 de janeiro de 1978.

No dizer de Burke percepções de diferentes circunstâncias nas quais se tecem comentários a respeito de um evento (usualmente no passado) quando os comentadores estão, na realidade, ou mais intensamente, interessados em outro (usualmente no presente) podem ser denominadas de “alegorias históricas”, ou

seja, “a percepção e representação de um evento ou de um indivíduo do passado em forma de outro evento ou outro indivíduo”<sup>32</sup>.

Outro ensinamento de Burke é que, na Bíblia, a interpretação linear dominante da história coexiste com a admissão da reencenação, ou seja, vários personagens do Velho Testamento são apresentados como “novos”, da mesma forma que, no Novo Testamento, os apóstolos descrevem suas ações na ideia de *replay*, isto é revivendo a vida, a morte e a ressurreição de Cristo.

No que concerne ao caso das cidades, são exemplos citados por Burke das práticas de alegorias históricas, uma vez que o autor apresenta o problema da ambiguidade quando muitas delas são descritas como “novas Romas” ou “Nova Jerusalém”, a exemplo de Treves, Constantinopla, Servilha e Moscou. O que, para o autor, não significava apenas uma descrição comparativa entre as cidades, mas uma reivindicação de afirmação e de destino histórico para elas.

Podemos, a partir dos textos de Burke, compreender que, em Umbuzeiro, essas alegorias históricas têm um caráter “*metafísico ou místico*”, pois assumem alguma espécie de conexão oculta ou invisível entre dois indivíduos ou eventos discutidos, por mais separados que estejam no espaço ou no tempo. Em outras palavras:

*O que se deve enfatizar é que, de acordo com essa visão, o presente é tido como uma espécie de replay ou reconstituição de acontecimentos passados. É como se, talvez Deus, estivesse escrevendo o nosso script.*<sup>33</sup>

Durante a missa, no dia 24 de janeiro de 1978, o cônego Eurivaldo Tavares começou seu sermão reconhecendo que “o *legendário pé de umbu*”, numa alusão ao nome da cidade, foi símbolo do desenvolvimento do município, lembrando que no passado se reuniram em torno dele alguns tropeiros que por ali passavam para descansar. No entanto, a “*grande dádiva*” do Umbuzeiro foi servir de “*berço ao maior dos nossos irmãos, o inolvidável João Pessoa*”. E sua “*alegoria mística*” continua:

*E não seria demais imaginar que há um século atrás, exatamente a 24 de janeiro de 1878, embaixadores celestiais, tal como no Natal do Senhor, tenham daqui partido para o anúncio profético ao povo paraibano: ‘Comunico-vos uma alegre nova: Hoje, na Fazenda Prosperidade, nasceu João Pessoa, aquele que haverá de se tornar o redentor dessa gente’.*<sup>34</sup>

Deveras, uma vez que o evento do passado é alegoricamente trazido ao presente, provavelmente sua fala fosse uma reivindicação de que Umbuzeiro seria uma “Nova Belém.” Ao indicar as necessidades da realização daquele ato celebrativo em Umbuzeiro, percebemos que as palavras do cônego são revestidas também de uma “*memória cristianizada*”, ou seja, o nascimento de João Pessoa foi transformado em uma intervenção divina, que precisa ser lembrada e reverenciada, da mesma forma,

<sup>32</sup> BURKE, Peter. História como alegoria. *Estudos Avançados*, São Paulo, USP, v. 9, n. 25, 1995, p. 197-212. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 24 set. 2008.

<sup>33</sup> BURKE, História..., p. 201.

<sup>34</sup> TAVARES, Eurivaldo Caldas. *Soldado paraibano orgulho do “Grande Presidente”*: contribuição da Polícia Militar do Estado ao Centenário de João Pessoa. João Pessoa: A União, 1978.

como afirma Le Goff, citado anteriormente, que para os cristãos, os “*atos divinos de salvação situados no passado formam o conteúdo de fé e objeto de culto*”, de fato, pois a memória cristã se manifesta essencialmente na comemoração, sendo assim, o Natal de Jesus Cristo comemorado anualmente se constitui um evento essencial na liturgia católica.

É inegável que a narrativa bíblica inspirou as palavras do cônego, uma vez que ele mesmo afirmou que “*não era demais imaginar*” a semelhança entre os dois acontecimentos. No entanto, se faltaram animais e pastores para completar a cena do presépio natalino, pelo menos em seu discurso Belém e Umbuzeiro tiveram destinos iguais, “*idades escolhidas para ser berço de um salvador*” e para justificar a concentração naquele lugar, utiliza a seguinte explicação

*Eis o motivo por que, a exemplo dos Magos do Oriente, também nós empreendermos este roteiro sentimental, do litoral aos cariris, norteados pelo brilho refulgente da estrela de nossa fé patriótica, a qual nos guiou até aqui. E em chegando curvamo-nos todos, reverentes, diante desse chão bendito e da casa onde nasceu João Pessoa, enquanto abrindo o tesouro de nossos corações, ofereçamos em retribuição à Umbuzeiro, o ouro do nosso amor, o incenso do nosso louvor e a mirra do nosso reconhecimento.*<sup>35</sup>

Na continuidade da homilia o cônego reafirma a fidelidade de João Pessoa a sua “*missão*” recebida do “*Alto*” culminando com a sua indicação para o governo da Paraíba, os conflitos causados durante a sua administração e definitivamente o seu “*sacrifício cruente*”, em 26 de julho de 1930, no Recife. Para o cônego, a vida de João Pessoa já estaria predestinada e por isso mesmo ele soube ser fiel à sua trajetória de “*mártir*”.

Dessa forma, percebemos como esses dois extremos: “*o nascimento e a morte*” de João Pessoa são apropriados pelos continuadores de sua “*fama*”, atestando ao homenageado uma dimensão sobrenatural explicados pelos “*deuses do destino*” em escolhê-lo para tão “*horrível missão*”. A cidade natal tornou-se o grande palco para as encenações, discursos políticos e inaugurações de obras, justificando a sua dignidade como “*berço de grandes heróis*”.

Como podemos perceber, são utilizados diversos recursos para a festa do Centenário. O investimento celebrativo inclui a produção historiográfica sobre “*o grande Presidente*”, com o lançamento de vários livros, mas também é usado um farto material iconográfico e várias cidades do estado entraram no itinerário da exposição volante de fotografias da vida de João Pessoa.

Burke, ao chamar a atenção para as estratégias de divulgação da imagem pública de Luís XIV e sua permanente revisão, mostra que o êxito em “*persuadir o público da sua grandeza*”, depende não só da atuação dos historiadores, mas também dos pintores, escultores, poetas. A manipulação de símbolos e rituais, retomando o sentido da persuasão presente na noção de espetáculo apresentada por Burke, é fundamental em momentos de redefinição política e social ou de construção de identidades. Segundo ele, as pessoas podem ser manipuladas por meio de

<sup>35</sup> TAVARES, *Soldado paraibano...*, p. 41.

construções simbólicas que envolvem atividades de produção, circulação e consumo de sentidos e valores<sup>36</sup>.

De fato, essas estratégias serviam para dar continuidade à cristalização de sua imagem, criada desde a sua morte, trazendo como lembrança os seus “feitos”, o “sacrifício” e naquele dia de comemorações, incluindo também o lugar em que ele nasceu, a cidade de Umbuzeiro recebe um alto teor “aurático”. O discurso do governador Ivan Bichara tem sua fala destacada nas páginas de ‘A União ao fazer a seguinte pergunta:

*Que mistério, que força, que energias latentes se escondem nestes ares e nesta terra generosa e fecunda, matriz inigualável, geratriz de inteligências privilegiadas, de heróis espartanos temperados nas lutas da vida desde a mais tenra idade?*

Este discurso foi pronunciado em frente a casa onde nasceu João Pessoa, esse “lugar de memória” enaltecido, bem como a paisagem local, “o céu, as serras e o campo”, passaram a ser cultuados como testemunhos materiais de sua presença para heroificar o seu nascimento. A inauguração de um grupo escolar batizado pelo nome da genitora de João Pessoa e a criação de um estabelecimento de ensino com o seu nome se tornavam outro investimento de sacralização dessa “genealogia heróica”, já indicada no Quadro III.

Para Ivan Bichara, estar em Umbuzeiro significa “ressuscitar João Pessoa”, como brada em sua última pergunta: “Morte tua vitória onde está?” Esse discurso inaugural em Umbuzeiro concretiza os ideais das comemorações bem como, o teor que conduzirá os eventos oficiais ocorridos naquele ano de 1978.

Umbuzeiro torna-se então uma “cidade-monumento”, evidenciada na fala do governador numa relação íntima entre aquele lugar, o morto e os que ali estão presentes “para [lhes] prestar culto”. Do mesmo modo, além da casa onde nasceu João Pessoa, outros lugares ganharam destaque na cidade. Por exemplo, na programação oficial, constava a inauguração do Grupo Escolar Maria Pessoa Cavalcante de Albuquerque e a assinatura do decreto para criação do Colégio Estadual de 1º e 2º graus Presidente João Pessoa.

Todavia, essa atitude de nomeação de espaços públicos com o sobrenome “Pessoa” foi uma constante na história política de Umbuzeiro, uma vez que vários prefeitos e vereadores que administraram a cidade desde a sua criação pertenciam à família Pessoa desde que chegaram à região.

Desde então, não somente a vida política bem como a construção de obras de caráter memorialístico em Umbuzeiro teve a participação ativa dos Pessoa. No ano do centenário, a prefeita Terezinha Lins Pessoa, além de dar continuidade às construções de “arquivos de pedra”, aposta também na idealização de símbolos oficializados, como um hino e uma bandeira, que nos possibilita perceber como o poder público em Umbuzeiro, significou tais símbolos.

No dizer de Carvalho, a bandeira e o hino de uma localidade são símbolos que carregam o “peso da tradição”, ou seja, quando são instituídos ganham estatuto

<sup>36</sup> BURKE, Peter. *A fabricação do Rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

de legítimos representantes do passado e da memória coletiva<sup>37</sup>. A partir dessas observações podemos afirmar que, em Umbuzeiro, as comemorações do centenário em 1978, ao “rememorarem” o nascimento de João Pessoa ao devir, imprimiam, na memória histórica, símbolos da sua existência.

Assim, as homenagens a João Pessoa ganharam o aspecto da instituição de vários símbolos oficializados, algumas delas de caráter municipal, a prefeita Terezinha Lins Pessoa, no ano do centenário, através de um projeto de lei, oficializou o hino e a bandeira municipal de Umbuzeiro, que em seus elementos traziam uma significação histórica particular para aquela cidade, a festa do centenário deveria lembrar o passado de glórias de Umbuzeiro, no intuito de apresentar o futuro como promissor.

De fato, pois, ao observarmos a composição da letra do hino municipal oficializado naquele ano, percebemos a intenção do autor em divulgar a “glória” da cidade, representada pelos seus “filhos ilustres”. Numa das estrofes encontramos o seguinte:

*No seu céu para sempre ecoará  
um hino de fé imortal, imortal.  
Relembrando Epitácio Pessoa,  
João Pessoa, e Chateaubriand,  
esse trio ideal. Os seus nomes são a glória  
de Umbuzeiro, sua terra natal.*<sup>38</sup>

Podemos perceber a monumentalização e o cumprimento deste “símbolo municipal” que a partir de sua letra apologética se tornaria um investimento político na tentativa de traduzir o sentimento coletivo dos moradores da cidade de Umbuzeiro na veneração “imortal” dos três conterrâneos. Nesse mesmo sentido, podemos perceber ainda como Umbuzeiro é construída, imaginada e sentida, e como nas palavras de Pesavento, é uma constante esta relação entre a cidade, seus habitantes e suas representações, ou seja,

*Mas essa cidade do passado é sempre pensada através  
do presente, que se renova continuamente no tempo do  
agora, seja através da memória/evocação, individual ou  
coletiva, seja através da narrativa histórica pela qual cada  
geração reconstrói aquele passado. É ainda nessa medida  
que uma cidade inventa seu passado, construindo um mito  
das origens, recolhendo as lendas, descobrindo seus pais  
ancestrais, elegendo seus heróis fundadores, identificando  
um patrimônio, catalogando monumentos, atribuindo  
significados aos lugares e aos personagens, definindo  
tradições, impondo ritos.*<sup>39</sup>

<sup>37</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

<sup>38</sup> Compositor Ivandro Souto. Letra disponível em: GOMES, J. Eduardo. *Umbuzeiro 100 anos: nossa terra, nossa história, nossa gente*. Umbuzeiro: A União, 1995, p. 83.

<sup>39</sup> PESAVENTO, Sandra Jatáhy. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH, v. 15, n. 29, 1995, p. 9-27.

Podemos perceber essa “*invenção do passado*”, quando comparamos a bandeira oficial do município com a bandeira da Paraíba. Num primeiro olhar já se percebe certa identidade gráfica entre as duas, na medida em que evocam a existência de um sentimento comum, ou seja, a semelhança na bipartição vertical das cores, vermelho e preto, vinda da inspiração memorialística dos acontecimentos de 1930.

Vendo a bandeira de Umbuzeiro observamos que ela se define por três elementos: (1) a bipartição de duas cores, o preto e o vermelho, símbolo da “Revolução de 30” (2) um brasão sobreposto entre as duas cores e, (3) a expressão “NEGO” disposta logo abaixo no quadro vermelho, semelhante à bandeira do estado.

No entanto se é possível reconhecermos algumas semelhanças, não podemos deixar de atentar para as particularidades do papel que representa o brasão, uma vez que a bandeira do estado pode ser abordada como símbolo da existência de uma Paraíba “revolucionária”, a presença do brasão lembra a cidade de Umbuzeiro, local em que nasceu o grande “mártir” desta “Revolução”. Nesse caso, aponta-se para o fato de que a “Revolução de 30” se tornou possível porque há cem anos nasceu naquele lugar o “herói” que “lutou” e “derramou seu sangue” para que, posteriormente, ocorresse finalmente a vitória dos liberais.

A “*a riqueza do município*”, lembrada no brasão, estampa produtos agrícolas (cana-de-açúcar e algodão) e um touro que faz lembrar os donos de terras e rebanhos, uma vez que a cidade surgiu debaixo de um frondoso umbuzeiro usado como parada obrigatória pelos tropeiros para se abrigarem em sua sombra, nas horas mais quentes, no pernoite e nas refeições. Nessa rotina semanal, algumas pessoas atraídas pelo comércio construíram as suas casas no local, pois eram confiantes que os tropeiros poderiam ser um bom negócio para comerciarem diversos produtos locais. (ver Fig. 3 e Fig. 4)



**Fig. 3** – Bandeira do Estado da Paraíba.



**Fig. 4** – Bandeira do município de Umbuzeiro – PB.

É válido ressaltar que Aires trata do processo de elaboração de uma nova bandeira para a Paraíba como um investimento de memória pelo olhar, ou seja, estes símbolos, pelo seu uso obrigatório e presença constante no cotidiano, sempre estarão numa relação quase sagrada quando são usados<sup>40</sup>.

No caso de Umbuzeiro vemos a convergência com a idealização entre o poder público na Paraíba dos anos de 1970 e dos perrepeistas nos anos de 1930 bem como uma tentativa de conciliar elementos de várias tradições institucionalmente cultuadas, tanto o passado da “glória” de Umbuzeiro bem como a morte e os festejos do nascimento do Presidente João Pessoa. Sendo assim, entendemos o ano de 1978 numa tentativa de reacender a partir de comemorações em caráter nacional, o mito João Pessoa, para exorcizar o esquecimento do “herói” de outros tempos.



#### RESUMO

Discutimos neste artigo as festividades ocorridas em 1978, por ocasião do centenário do aniversário do nascimento do Presidente João Pessoa na Paraíba, destacando Umbuzeiro, a sua cidade natal, que naquele ano de comemoração, tornou-se o grande palco para as encenações, os discursos políticos e as inaugurações de obras que justificaram a dignidade da cidade como “berço de grandes heróis”. Lançamos ainda um breve olhar sobre as formas de apropriação da memória coletiva e do passado através das programações envolvendo vários políticos nestas festividades e os marcos simbólicos construídos em Umbuzeiro. Nesse sentido, percebemos como a imprensa local, bem como, os órgãos oficiais, os políticos, obras literárias e os familiares de João Pessoa investiram numa cultura histórica heroizante que se pretendiam atribuir a ele uma suposta imortalidade e heroísmo.

**Palavras Chave:** Presidente João Pessoa; Centenário; Memória; Comemorações.

#### ABSTRACT

In this article we discuss the festivities that took place in 1978 for the centenary of president João Pessoa's birth anniversary in Paraíba, highlighting Umbuzeiro, his hometown, which in that year of celebration, has become the major venue for the staging, the political discourse and the inaugurations of work that justified the dignity of the city as a “cradle of great heroes”. We also took a brief look at the appropriation forms of collective memory and the past, through the schedules involving several politicians in those festivities and the symbolic landmarks that were built in Umbuzeiro. This way, we perceived as the local press and the government, politicians, literary works and João Pessoa's family invested in a historical culture that wanted to give him immortality and the supposed heroism.

**Keywords:** President João Pessoa; Centenary; Memory; Celebration.

<sup>40</sup> Essa temática é tratada num dos tópicos da Dissertação de Mestrado de José Luciano Aires, intitulado “A memória pelos olhos: uma bandeira rubro-negra ou verde branca?”, onde são destacados os conflitos de memória em torno do processo de institucionalização da atual bandeira paraibana, bem como os embates políticos ligados aos grupos perrepeistas e liberais que acompanharam a sua construção após assassinato do Presidente João Pessoa. AIRES, José Luciano de Queiroz. *Inventando tradições, construindo memórias: a “Revolução de 30” na Paraíba*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2006.